

### **COLÉGIO DO CASTANHEIRO (Ponta Delgada)**

1. Tabulação dos ordenados em relação a um cargo específico.
  2. Valorização das capacidades pessoais, independente do género, dentro das instituições.
  3. Sensibilização para a ainda decorrente emancipação da mulher.
- 

### **ESCOLA SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL (Ponta Delgada)**

1. Criação de grupos de trabalho multidisciplinares com o objetivo de promover a Igualdade de Género.
  2. Criação de uma Provedoria, responsável pela atribuição de um Selo de Igualdade de Género a ser atribuído mediante o cumprimento das normas estabelecidas numa declaração criada para o efeito.
- 

### **ESCOLA SECUNDÁRIA DAS LARANJEIRAS (Ponta Delgada)**

1. Estabelecer quotas nos setores públicos e privados que determinam uma percentagem ou número de mulheres/homens de acordo com as proporções populacionais independentemente do seu sexo e das funções a exercer e garantir com que sejam cumpridoras.
  2. Implementar projetos/formações/atividades que sensibilizam o auditório para os problemas que infringem o direito de ambos os géneros enquanto cidadãos, de forma a incutir valores que façam com que a mentalidade da população veja a mulher com um papel tão ativo como o do homem na sociedade.
  3. Impor tratamento igualitário entre géneros nos estabelecimentos de entretenimento.
- 

### **ESCOLA SECUNDÁRIA DOMINGOS REBELO (Ponta Delgada)**

1. Criação de licença parental obrigatória e igual para os dois progenitores.
  2. Os apoios estatais para competições desportivas serem iguais para ambos os sexos.
  3. As listas às eleições legislativas ao serem elaboradas devem garantir o mínimo 35% do género oposto da maioria.
- 

### **ESCOLA SECUNDÁRIA DA LAGOA**

1. Obrigatoriedade legal da existência, em empresas com mais de 50 trabalhadores, de um gabinete de proteção e prevenção contra o Assédio Sexual em contexto laboral, de forma a defender o direito das mulheres a um ambiente de trabalho saudável e livre de perseguição de natureza sexual, proporcionando defesa e segurança para funcionárias em todos os cargos do funcionamento da empresa, mesmo contra agressores em posição hierárquica superior.
2. Criação de uma linha de ajuda e apoio à vítima de violência ou assédio sexual, especializada neste tipo de criminalidade, devidamente publicitada e difundida nos meios de comunicação social, de forma a incentivar

e encorajar à denúncia por parte das vítimas, quebrando assim o ciclo de silêncio que predomina na sociedade portuguesa. Ao incentivar a denúncia pretende-se ajudar a alterar a mentalidade no que diz respeito aos comportamentos considerados aceitáveis tanto no local de trabalho como em contexto doméstico, e terminar com a cultura de culpabilização da mulher nos crimes em que, de facto, são as vítimas.

---

#### **ESCOLA SECUNDÁRIA DA RIBEIRA GRANDE**

3. Alargar a licença de paternidade, pois como sabemos os pais não têm as mesmas condições das mães para ficarem em casa, após o nascimento de uma criança, uma vez que dispõem apenas de 25 dias úteis para o efeito.
  4. Alteração dos programas de cidadania, a partir do 5º ano de escolaridade, com o objetivo de incidir mais sobre o tema da “Igualdade de Género”.
  5. Desenvolver a consciência de Igualdade de Género, abolindo as diferenças salariais entre homens e mulheres em todos os tipos de emprego recorrendo a medidas tais como sejam as restrições legislativas, ou a verificação dos rendimentos auferidos pela Autoridade Tributária (Finanças) em função do género.
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA DE VILA FRANCA DO CAMPO**

1. Instituir um Dia Europeu da Igualdade de Género.
  2. Legislar no sentido das empresas privadas justificarem a razão da diferença salarial existente entre homens e mulheres que desempenham a mesma função.
  3. Implementação de ações de sensibilização para a igualdade de género e não discriminação, destinadas, em foco, à comunidade jovem.
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA MARIA ISABEL DO CARMO MEDEIROS (Povoação)**

1. Nas escolas, a partir do 1º ciclo (nomeadamente a partir do 2º/3ºano), devem realizar-se mais ações como distribuição de panfletos, atividades em sala de aula e visualizações de documentários/filmes (apropriadas para a respetiva idade dos alunos) que ilustrem e demonstrem que tantos homens e mulheres podem exercer a profissão que desejarem (mesmo que esta possa ser vista como tipicamente feminina ou masculina). É importante que as crianças, desde pequenas, tenham acesso a este tipo de atividades e ações para que não fiquem “presas” ou “habitadas” com estereótipos e que saibam o que é a Igualdade de Género e que a defendam.
2. Acabar com as diferenças salariais entre homens e mulheres. Propomos que em empresas que se denote de uma forma mais acentuada a diferença salarial, deveria ser dado um prazo a esta respetiva empresa para que se pudesse “resolver” este problema, ou seja, equilibrar os salários. Caso esta empresa não cumprisse esta medida deveria pagar uma coima.

3. Pese embora a legislação em vigor garanta a Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no mercado de trabalho, na prática ainda se verifica que nas empresas privadas e na administração pública, os lugares de chefia são maioritariamente ocupados por homens, embora o número de mulheres com habilitações superiores ser maior ao dos homens. Propomos que, para que se equilibre esta ocupação de cargos de chefia, as empresas ou administração pública deverão dar mais oportunidades a mulheres e ter atenção á formação académica e capacidade de chefia da pessoa independentemente do seu sexo.
- 

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DE VILA FRANCA DO CAMPO**

1. Alterar a Lei da Paridade para que esta obrigue a uma cota mínima de 40% de elementos de um dos sexos, e que, na desistência de um dos elementos este seja substituído pelo elemento do mesmo sexo imediatamente a seguir.
  2. Alterar a lei laboral para criar, no setor privado, de uma tabela remuneratória clara e com regras apertadas e fiscalização na majoração de algum vencimento, de forma a igualar os salários de homens e mulheres. A par disto, deveria haver uma cláusula na lei do trabalho que obrigasse que fosse obrigatório a atribuição de cargos de chefia e de gestão fosse feita por meio de concurso público interno na empresa.
  3. Alterar a lei da parentalidade para que a mesma aumentasse a licença parental conjunta do pai e mãe dos atuais 25 dias, no máximo, para três meses.
- 

#### **ESCOLA DE FORMAÇÃO TURISTICA E HOTELEIRA DE PONTA DELGADA**

1. Melhorar o nível de fiscalização para combater a desigualdade de género em todas as vertentes.
  2. Aplicar sanções aquando do incumprimento da legislação.
  3. Sensibilizar a população em geral e, muito particularmente, o mundo empresarial.
- 

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DE CAPELAS**

1. Criação de mecanismos governamentais que promovam e comprovem a igualdade salarial entre homens e mulheres nas empresas privadas.
  2. Criação de uma plataforma online de combate à desigualdade de género, com a introdução de aplicações para smarthphones e tablets.
  3. Elaboração de uma lei que proíba a divulgação de artigos que publicitem estereótipos ligados aos géneros.
- 

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PONTA DELGADA – MEP**

1. Atribuir incentivos/prémios a entidades e empresas que adotem ou sigam exemplos de boas práticas em relação à promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas.
2. Promover um crescente apoio a instituições envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género.

### **ESCOLA PROFISSIONAL DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA**

1. Igualdade entre salários tendo em conta os estatutos de cada carreira e a competência dos trabalhadores.
  2. Criação de uma plataforma online para a denúncia de abuso sexual no local de trabalho.
  3. Educação para a Igualdade de Género.
- 

### **ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES – ENTA (Ponta Delgada)**

1. Educar para a Igualdade.
  2. Majoração das empresas regionais que possuem uma equidade de género no seu quadro empresarial.
- 

### **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE SEGUROS – INETESE – PONTA DELGADA**

1. Promover a igualdade entre homens e mulheres no emprego, no acesso a cargos de chefia e acesso igualitário nos escalões de carreira.
  2. Instituir a paridade salarial entre géneros.
  3. Condenar legalmente a prática da mutilação genital oriunda das tradições culturais das comunidades imigrantes na Região Autónoma dos Açores.
- 

### **ESCOLA PROFISSIONAL DO SINDICATO DE ESCRITÓRIO E COMÉRCIO DA RAA – EPROSEC (Ponta Delgada)**

1. Modernizar o atual quadro jurídico da U.E. : assegurar o cumprimento da legislação.
  2. Continuar a melhorar a implementação e o respeito do princípio da igualdade de remuneração, tendo em conta o funcionamento eficiente e eficaz dos organismos de defesa da igualdade para facilitar o acesso à justiça pelas vítimas de discriminação.
  3. Prosseguir ações centradas em pôr termo a todas as formas de violência de género e promover a sensibilização para o problema.
- 

### **ESCOLA PROFISSIONAL DA RIBEIRA GRANDE**

1. Criar um Observatório de Igualdade de Género nas empresas e instituições, públicas ou privadas, de forma a denunciar desigualdades, promovendo um plano de ações de sensibilização junto dos colaboradores e chefias;
2. Criar um incentivo do estado, para famílias monoparentais, de forma a permitir deixar as crianças em lugar seguro, para que o pai ou mãe possam ter acesso a um trabalho remunerado, evitando situações de pobreza e fragilidade;
3. Criar um incentivo fiscal para as empresas e instituições, públicas e privadas, para aquelas que implemente medidas como: paridade, igualdade nos salários e partilha de responsabilidades, entre homens e mulheres.

### **ESCOLA PROFISSIONAL DE NORDESTE**

1. Aulas obrigatórias (no plano de ensino) destinadas há igualdade de género Esta medida pretende a que haja um número de aulas ou horas obrigatórias (no plano de ensino), para a discussão da igualdade de género nas escolas em cada turma individual, estas aulas poderiam ser aplicadas anualmente, por exemplo, nas aulas de cidadania a partir do 5º ano até o 12º ano, sendo que as mesmas também seriam de obrigatoriedade para o ensino profissional e não só para o ensino regular.
2. Criação do dia nacional da igualdade de género Esta medida pretende em que num dia em específico, seja celebrado e sensibilizada a população dos mais jovens aos mais velhos pela a importância da igualdade de direitos e deveres entre as mulheres e os homens, e que neste dia sejam abordados problemas sociais e culturais que impedem o mesmo.
3. Fiscalização da igualdade salarial É pretendido que haja uma fiscalização para a verificação da igualdade salarial entre géneros dentro de cada empresa individual, poderá ter-se em conta para um resultado mais apurado da fiscalização por exemplo o numero de horas de trabalho que cada pessoa individual trabalha, o cargo que apresenta em cada empresa e se dentro do mesmo cargo houver uma diferença salarial de algum colega ser justificado o porquê da mesma diferença.

---

### **ESCOLA PROFISSIONAL MONSENHOR JOÃO MAURÍCIO DE AMARAL FERREIRA (Povoação)**

1. Tabelar salários e reforçar a fiscalização para que haja uma uniformidade salarial entre os diferentes géneros. Propomos, pois, que seja feita pública a tabela remuneratória dos trabalhadores do privado. Paralelamente, propomos que sejam criadas comissões (multigénero) da Inspeção Geral do Trabalho que realizem um controlo de qualidade nos processos de recrutamento das empresas (à semelhança dos clientes-mistério no comércio e serviços).
2. Incentivo às empresas para a criação de embalagens de brinquedos de género neutro ou multigénero. Considerando que, tendencialmente, as mulheres optam por percursos profissionais com menos empregabilidade, fruto de um condicionamento na infância, propomos a criação de incentivos fiscais para as empresas de produção de brinquedos/artigos para crianças, bem como para as empresas de marketing, que favoreçam uma representação de género mais neutra nos diversos produtos.
3. Criminalizar de forma mais efetiva o assédio moral no local de trabalho. Considerando que muitas vezes os detentores de cargos de poder exercem algum tipo de assédio aos trabalhadores e trabalhadoras, tendo estes muitas vezes medo de retaliações em caso de denúncia, propomos uma criminalização efetiva para casos de comprovado assédio moral em contexto de trabalho.

---

### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA BENTO RODRIGUES (Vila do Porto)**

1. Extensão da igualdade salarial ao setor privado, com a fiscalização da sua implementação, da discriminação na contratação e dos despedimentos possivelmente decorrentes da mesma.

2. Aditamento ao artigo 144º- A do Código Penal, estabelecendo a frequência de programas de prevenção da Mutilação Genital Feminina e a pena máxima de 5 anos para os envolvidos na sua preparação e a retirada da guarda parental/tutela legal aos pais/responsáveis legais das vítimas.
  3. Adoção de medidas que reforcem os apoios (incentivos financeiros e fiscais) a clubes que promovam o desporto feminino e/ou misto.
- 

#### **ESCOLA SECUNDÁRIA JERÓNIMO EMILIANO DE ANDRADE (Angra do Heroísmo)**

1. Acabar com desigualdades de direitos não fundamentadas.
  2. Abolir práticas que inculcam nas crianças quem elas devem ser com base no seu género.
  3. Proibição de diferenças nos valores de bilhetes, em locais de diversão, entre homens e mulheres.
- 

#### **ESCOLA SECUNDÁRIA VITORINO NEMÉSIO (Praia da Vitória)**

1. Proibição legislativa concreta de casos de sexismo no mundo do trabalho e criação do programa de fiscalização “+ equidade + trabalho” a fim de identificar, penalizar e eliminar eficazmente os ditos casos
  2. Combate à desigualdade de género pela educação dos jovens, em particular, e da população, em geral, com vista à eliminação de preconceitos e mudança de mentalidades, necessárias à construção de gerações mais justas.
  3. Alteração de legislação através da qual se promove a desigualdade de género na esfera desportiva
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 1,2,3/JI/SECUNDÁRIA E ENSINO ARTÍSTICO TOMÁS DE BORBA (Angra do Heroísmo)**

1. Criação e desenvolvimento de ações de sensibilização sobre a Igualdade de Género, tendo como foco principal a população mais jovem.
  2. Criação e estabelecimento de tabelas salariais para o setor privado, garantindo que homens e mulheres, com qualificações e funções idênticas, tenham igual remuneração.
  3. Alteração da lei do “recasamento”.
- 

#### **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE SEGUROS – INETESE – ANGRA DO HEROÍSMO**

1. Elaboração de um plano correctivo e a criação de uma cultura de inclusão das mulheres na sociedade e nas Instituições e empresas, quer públicas ou privadas no âmbito do combate à desigualdade de género.
2. Criação de uma lei que reconheça aos detentores de financiamentos Estatuais e/ou Europeus um regime obrigatório da implementação da norma supra referida num período de tempo de um trimestre posterior à vigoração da norma.
3. Criação de uma entidade fiscalizadora que fiscalize e sancione as empresas, que não sejam detentoras de subsídios, de modo a penalizar monetariamente as empresas ou entidades que infrinjam a norma da

implementação do plano correctivo e da implementação da cultura de inclusão das mulheres na sociedade.

---

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO**

1. Desenvolvimento de uma política de incentivos para que as empresas promovam a igualdade de géneros.
  2. Eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres.
- 

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DA PRAIA DA VITÓRIA**

1. Rever, adotar e manter políticas macroeconómicas e estratégias de desenvolvimento que tenham em conta as necessidades das mulheres e apoiem os seus esforços para superar a pobreza.
  2. Adotar medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra as mulheres.
  3. Apoiar marcas e instituições com interesse na igualdade de género.
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA DE VELAS**

1. Integrar a temática da igualdade de género nas orientações programáticas na educação pré-escolar, ensino básico e secundário.
  2. Alterar a licença parental, eliminando a discriminação com base no género dos progenitores.
  3. Eliminar a lei da paridade.
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA PADRE MANUEL AZEVEDO DA CUNHA (Calheta)**

1. Atribuição de coimas expressivas após fiscalizações periódicas a empresas que tenham despedido ou não renovado o contrato com um trabalhador por motivos pessoais, nomeadamente o facto de estarem grávidas, terem dado à luz recentemente ou o desejo de tirar licença de paternidade.
  2. Criação e implementação de uma área curricular não disciplinar tendo por base linhas de orientação fixadas a nível nacional onde sejam fixados valores de igualdade de capacidades, em prol de abrir os horizontes dos jovens e mentalizá-los que são todos igualmente capacitados e devem ajudar-se mutuamente.
  3. Criação de uma entidade fiscalizadora, como um provedor da Igualdade, que investigue negócios e empresas, certificando que não existem diferenças salariais nem anúncios de emprego discriminatórios. Nestas situações, seria atribuída uma penalização.
- 

#### **EB2,3/SECUNDÁRIA DE S. ROQUE DO PICO**

1. Criação de legislação mais objetiva e rigorosa para praticantes de violência doméstica e assédio sexual. De acordo, com as estatísticas, a cerca de 80% dos agressores sexuais e de violência doméstica é aplicada



pelos tribunais a pena suspensa. Esta medida é claramente prejudicial para as vítimas e para a restante população, uma vez que as probabilidades destes indivíduos voltarem a cometer os mesmos crimes são muito elevadas.

2. Flexibilizar a licença parental exclusiva do pai, passando este a usufruir de uma licença obrigatória de 6 semanas após o parto e até 10 dias antes do parto. A ideia é permitir que os pais possam interagir de uma forma mais próxima e íntima, com o propósito de conseguirem superar as possíveis dificuldades que existem num período tão delicado como é o nascimento de uma criança.
  3. Promover nas escolas atividades lúdicas e pedagógicas, que promovam a igualdade de género. A título de exemplo, por norma associam-se atividades como o teatro e dança às raparigas e o desporto aos rapazes. O objetivo desta medida é influenciar jovens de ambos os sexos a praticar todo o tipo de atividades, eliminando a ideia de existirem práticas lúdicas, pedagógicas e culturais que se adequam a determinado género.
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA DAS LAJES DO PICO**

1. Conceder benefícios fiscais às empresas que respeitem a igualdade salarial entre géneros.
  2. Criar uma lei que proíba a distinção entre brinquedos específicos de meninos e de meninas desde o seu fabrico.
  3. Alteração do Regulamento do Programa do Desporto Escolar permitindo a existência de equipas mistas nos jogos coletivos.
- 

#### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA CARDEAL COSTA NUNES (Madalena)**

1. Criação de uma secção única de brinquedos, não havendo distinção entre os brinquedos ditos para raparigas e os brinquedos ditos para rapazes;
  2. Eliminação das quotas na política e nas empresas;
  3. Acabar com a formação de grupos/equipas baseada no género no contexto de sala de aula, principalmente em disciplinas como a de Educação Física.
- 

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DO PICO**

1. Promover, desde o primeiro ciclo do Ensino Básico, a igualdade de género através da intensificação de jogos lúdico-educativos e atividades que possam combater os estereótipos de papel de género, como, por exemplo, uma cozinha mista para rapazes e raparigas.
2. Promoção do desporto feminino.
3. Adoção dos artigos definidos femininos em todos os documentos oficiais/institucionais, começando pelos documentos da escola, como, por exemplo, o Regulamento Interno.



### **ESCOLA BÁSICA 2,3 E SECUNDÁRIA DA GRACIOSA**

1. Incentivar movimentos feministas menos destacados, nomeadamente, o Transfeminismo e o Masculinismo.
  2. Criar campanhas de sensibilização para os pais e para a comunidade educativa acerca da importância de educar para a Igualdade de Género.
  3. Estimular as empresas para a criação de produtos defensores da Igualdade de Género, como por exemplo, alteração da legislação para marketing e publicidade, bem como a criação de um selo para os brinquedos defensores da igualdade de género.
- 

### **ESCOLA BÁSICA 1,2,3/JI ESECUNDÁRIA PADRE MAURICIO FREITAS (Santa Cruz das Flores)**

1. Alteração da paridade no art.º 2 da Lei Orgânica nº3/2006, de 21 de Agosto (“As listas de candidatos para a assembleia de freguesia (nas freguesias com mais de 750 eleitores) e para a câmara e assembleia municipal (nos municípios com mais de 7500 eleitores) devem garantir representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos”). Propomos que não exista um mínimo de eleitores para que esta norma tenha efeito tornando-a universal a todas as listas que se formem.
  2. Criação de um órgão de fiscalização que assegure o cumprimento do ponto um do art.º 59 da Constituição da República Portuguesa, referente aos direitos dos trabalhadores, e do ponto dois do art.º 31 do Código do Trabalho, relativo à igualdade de condições de trabalho.
- 

### **ESCOLA BÁSICA 2,3 ESECUNDÁRIA MOUZINHO DA SILVEIRA (Vila do Corvo)**

1. Os indicadores relativos à igualdade de género em Portugal (2017) assinalam que as mulheres auferem, em média, salários 16,7% inferiores aos dos homens e que a diferença aumenta à medida que se incrementa o nível de qualificação. Nos quadros superiores a diferença é de 26,4%. Propomos que Portugal proíba, à semelhança da Islândia, as diferenças salariais entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções e possuem as mesmas qualificações (ponderando-se de forma diferente, mas genérica em ambos os sexos, fatores como experiência, tempo de serviço ou competência evidenciada).
2. As normas eleitorais paritárias, introduzidas no âmbito das diversas leis eleitorais nacionais, visavam alcançar uma representação igualitária dos homens e das mulheres no âmbito do sistema político português. No entanto, as mulheres apenas ocupam 28% dos assentos na Assembleia Legislativa da Região autónoma dos Açores, 33% na Assembleia da República e 7,5% na presidência das câmaras municipais do país. Assim, propomos que a chamada Lei da Paridade seja aprofundada, no sentido de passar a prever uma paridade de 50%/50% e não de 66,6%/33,3% como está atualmente consagrado.
3. À sua atividade profissional, as mulheres acumulam uma variedade de funções relacionadas com a parentalidade e as tarefas domésticas “tradicionais”, resultado dos valores culturais e comportamentais que prevaleceram ao longo do tempo. A maioria das famílias portuguesas continua a transmitir e a replicar valores e hábitos que perpetuam a sobrecarga das mulheres nas áreas referidas. Assim, propomos que nas

escolas portuguesas, em áreas de opção e de tempos livres, seja promovida a aprendizagem indiferenciada entre sexos de aulas de culinária, costura e de outras áreas afins.

---

#### **ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA (Horta)**

1. Sensibilização dos jovens para a desigualdade de género, através da elaboração de bandas desenhadas para o 1º ciclo e da introdução do tema no currículo escolar dos 2º e 3º ciclos.
  2. Criação de legislação que estipule a exibição diária de curtas-metragens relacionadas com a igualdade de género nos canais generalistas.
  3. Criação de um certificado para as empresas que garanta o cumprimento das normas de igualdade de género.
- 

#### **ESCOLA PROFISSIONAL DA HORTA**

1. Proibição da diferença salarial existente entre homens e mulheres no desempenho das mesmas funções. Obrigatoriedade de as empresas/instituições públicas e privadas integrarem plenamente a dimensão do género nas suas políticas, organização e práticas.
2. Para incentivar as mulheres à participação na vida política e atenuar a sua sub-representação em cargos de liderança, deverão criar-se desde cedo atividades de formação e orientação, a fim de capacitar as lideranças femininas. Estas atividades poderão ser promovidas por escolas, universidades, organizações não governamentais e até partidos políticos.
3. Criação de legislação que proteja tanto as famílias como as empresas, no que concerne aos subsídios de maternidade e paternidade.